

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 707 e 708/2011	2
	Atos Financeiros	
	Remanejamento de Dotação Orçamentária	2
MATERIAS E PUBLICAÇÕES	Atos Legislativos	
	Ata da 2071ª Sessão Ordinária na Íntegra	2

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretária e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 707/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **MARIA DO SOCORRO SALDANHA PANTOJA, FS-3**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 05.12 a 09.12.2011, aonde a mesma participará de Treinamento de Técnicas Legislativas junto a Câmara Federal, com ônus para este Poder, somente no tocante às passagens aéreas.

Palácio Antônio Martins, 05 de dezembro de 2011
Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 708/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**, para a cidade de Belo Horizonte-MG, no período de 09.12 a 11.12.2011, aonde o mesmo participará de reunião com empresários daquele Estado, com ônus para este Poder, no tocante a 02 (duas) diárias.

Palácio Antônio Martins, 05 de dezembro de 2011
Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATOS FINANCEIROS

MEMO N.º030/DPO/ALE/RR Boa Vista-RR, 05 de dezembro de 2011.
DO: chefe de Divisão de Orçamento
PARA: Senhora **ELÂNDIA GOMES ARAÚJO**
Gerente de Documentos Gerais da ALE/RR
Senhora Gerente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos, a vossa senhoria, anexo o **Quadro de Distribuição de Remanejamento de Dotação Orçamentária dentro do mesmo órgão**, no valor de R\$ 4.579.065,18 (quatro milhões, quinhentos e setenta e nove mil, sessenta e cinco reais e dezoito centavos), para publicação no Diário da Assembleia, conforme quadro anexo.

Cordialmente,

Francisco Carmozildo H. de Araújo
Gerente de Orçamento-ALE/RR

ANEXO

SUPLEMENTAR	4.579.065,18
10.3101.2011 - IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	4.579.065,18
NATUREZA DA DESPESA 319011 - 1 VENCIMENTOS VANTAGENS FIXAS-P. CIVIL	1.009.467,18
NATUREZA DA DESPESA 319013 - 1 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	640.000,00
NATUREZA DA DESPESA 339046 - 1 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.308.000,00
NATUREZA DA DESPESA 339093 - 1 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.621.598,00
COMPENSAÇÃO/ANULAÇÃO	4.579.065,18
10.3101.2011- IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	4.579.065,18
NATUREZA DA DESPESA 319092 - 1 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	49.990,00
NATUREZA DA DESPESA 319094 - 1 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTA	49.990,00
NATUREZA DA DESPESA 339014 - 1 DIÁRIAS - P. CIVIL	100.000,00
NATUREZA DA DESPESA 339030 - 1 MATERIAL DE CONSUMO	2.000.000,00
NATUREZA DA DESPESA 339033 - 1 PASSAGENS E DESPESAS COMLOCOMOÇÃO	60.000,00
NATUREZA DA DESPESA 339035 - 1 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	10.500,00
NATUREZA DA DESPESA 339036 - 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- P. FÍSICA	100.551,42
NATUREZA DA DESPESA 339037 - 1 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	566.067,73
NATUREZA DA DESPESA 339039 - 1 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS- P. JURÍDICA	1.569.598,00
NATUREZA DA DESPESA 339092 - 1 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23,056,23

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2071ª SESSÃO, EM 16 DE NOVEMBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DA SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dezesseis de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, realizou-se a segunda milésima septuagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Ionilson Sampaio) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Marcelo Cabral) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 053/20 de 08/11/11, do Deputado Dhiego Coelho, encaminhando projeto de lei nos termos do art. 176 do regimento interno.

Ofício nº 054/11, de 08/11/11, do Deputado Dhiego Coelho, encaminhando Projeto de Lei nos termos do art. 176 do Regimento Interno.

Memorando nº 116/11, de 09/11/11, do Deputado Brito Bezerra, sugerindo que a Audiência Pública sobre a Educação no Estado de Roraima, seja designada para o dia 01/12/11.

EXTERNOS:

Ofício nº 3546/11, de 25/10/11, da Câmara dos Deputados, registrando o recebimento do Ofício S/L/PRES. nº 145/2011.

Ofício nº 532/11, de 04/11/11, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, informando que a SESAU estava com uma pendência no valor de R\$ 1.968.593,90, referente às contribuições patronais dos meses de setembro à novembro de 2010.

Ofício nº 1236/11, de 07/11/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre os Convênios que foram celebrados.

Ofício nº 986/11, de 09/11/11, do Instituto de Terras e Colonização de Roraima, encaminhando cópia de Processos solicitados, em resposta ao Of./S.L./PRES./nº 161/2011 de 03/11/11.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente

O Senhor Primeiro Secretário (Marcelo Cabral) – (Procedida à chamada).

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, jovens presentes no plenário desta Casa. O meu pronunciamento no plenário é em relação à distribuição da renda per capita. Há um mês, o Deputado Flamarion colocou aqui sobre a situação de Roraima e aos discursos ilusórios do Senador Lindberg Farias. Estou me referindo ao Deputado Flamarion e se aqui estivesse o Deputado Rodrigo eu estaria também me referindo a ele, eles têm familiares senadores da República no Brasil.

Vou dar um exemplo através de dados que vou apresentar aqui para os senhores retirados do IBGE, do último Censo, e da Secretaria do Tesouro Nacional, e ao Deputado Mecias, que não tem familiar no senado, mas tem na Câmara, e aqui na Assembleia talvez seja o amigo muito pessoal do Senador Mozarildo. Deputado, o que eu vou colocar, o senhor, como eu, grande parte da nossa vida foi ao interior do Estado, é sobre a situação de penúria do FPM dos municípios de Roraima em relação a outras regiões.

Vou falar do FPM do Rio de Janeiro, o município de Macucu tem uma população de 5.269 habitantes, o tamanho do município é de 77 quilômetros quadrados, o seu FPM é 06, R\$ 303.731,30, mas vou para o município que é mais ou menos a média dos municípios. E, olha, município de cinco mil habitantes, nós não temos nenhum em Roraima, mas os grandes Estados são contras que a gente crie novos municípios. O Estado de São Paulo, tem 156 municípios com população de 805 a 2000 habitantes, eles recebem um FPM no valor de 345.008,48 reais, 147 quilômetros quadrados é a média desses municípios. Falei de São Paulo, do Rio de Janeiro e vou falar de Roraima, vou tirar Iracema, por exemplo, que é maior que esses dois municípios que eu coloquei tem 8.676 habitantes, o FPM do mês de outubro, foi de 157.178,42, ou seja, a metade. Agora o tamanho do município: 14.119 Km², se eu somar todos os municípios que eu coloquei aqui, do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo não dá o tamanho do município de Iracema.

Em São Paulo, o município de Bananal, com 10.220 habitantes que é mais ou menos a população de Mucajá, 460 mil reais de FPM, o tamanho dos municípios 616 km². Vou pagar o município do Rio de Janeiro, Trajano de Moraes com 10.281 habitantes, FPM 404 mil reais, tamanho do município 589km²; Bonfim com 10.951 habitantes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Joaquim, o valor do FPM, que Vossa Excelência cita, é mensal ou anual?

O Senhor deputado Joaquim Ruiz – É mensal, do mês de outubro, Bonfim. Vejam bem a proporção que eu coloquei dos outros 209 mil reais, menos da metade, 8.095km². Então, você imagina o município como esse do Rio de Janeiro, São Paulo, com 77Km², você recebe o dobro, e pega o município, por exemplo, de Iracema que você tem que usar a estrutura de Campos Novos, no Roxinho, custo mais alto com o combustível, manutenção enquanto recebemos a metade da receita. Vou mais adiante, falar da terra do nosso Presidente, Águas de Lindóia, município enorme em São Paulo,

60Km², lá do primo rico, cuja economia mais pujante do país: 690 mil reais de PFM, população 717.261 habitantes. Rio Claro, no Rio de Janeiro com 17.400 habitantes, 607 mil reais de FPM no mês de outubro; Caracará com uma população maior: 18.384 habitantes, 314 mil de FPM. Olha o tamanho de Caracará: 47.410Km², e pasmem diante dos dados que eu estou colocando aqui, tem professores da Universidade Federal de Roraima da área de ciências políticas que é contra a criação de novos municípios em Roraima. Vou pegar a proporção para Rorainópolis, Guararema em São Paulo tem 25.860 habitantes, 270Km², 805 mil reais, Bom Jardim no Rio de Janeiro 25 mil habitantes também 708 mil reais, 384Km²; Rorainópolis tem 25.587 habitantes, 366 mil reais de FPM, 33.593 Km². No Estado de São Paulo, municípios com 805 habitantes, pasmem! tem municípios em São com 805 habitantes e receberam 345 mil reais de FPM no mês de outubro. Eles são contra que criemos novos municípios aqui. De 805 a 2000 habitantes, são 19 municípios em São Paulo; de 2000 a 5000 habitantes, há 137 municípios; de 5 mil a 10 mil, são 121 municípios. E só no Estado de São Paulo, são 156 municípios menores do que o menor município em população do Estado de Roraima. Paraná, outro Estado pujante, até 10 mil habitantes que é a média dos nossos municípios, e que a criação dos novos municípios, Deputado Mecias, que começou ainda na vossa gestão, quando Presidente, e o Deputado Chico Guerra retomou esse processo veementemente pela grande possibilidade econômica de desenvolver nossa região. No Paraná, são 212 municípios de 1.000 a 10.000 habitantes, vou citar um município menor em população do que Iracema, e menor em Km², é o Porto Amazonas no Paraná, recebe 379 mil, Iracema 150. Mas disseram que a Bahia foi beneficiado quando houve aquele acordo da distribuição dos fundos condicionais. Então fui pesquisar municípios na Bahia, que tem 417 municípios, metade dos quais tem menos população do que os nossos municípios do Estado. Planaltina é um município mais ou menos em população como o município de Iracema, 377 mil reais no mês de outubro. Vou pegar o Estado de Minas Gerais que tem o maior número de municípios no Brasil, 853 municípios, Virgênia tem a menor população que município de Iracema, 326Km², FPM 479 mil do mês de outubro.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado Joaquim, em primeiro lugar, o estudo que Vossa Excelência levantou é de extrema importância para nos conscientizarmos mais sobre a necessidade de trabalharmos a questão de criarmos novos municípios no Estado, inclusive, esclarecimento à população, por outro lado, mostra também a lógica perversa adotada pelo governo federal na distribuição dos FPM, você ver municípios em São Paulo, Minas, Estados bem mais ricos que o nosso, concentra ainda mais riqueza na mão daqueles Estados e municípios muitos mais desenvolvidos. E o que se tem feito com os municípios de Roraima, em Boa Vista, em particular, até porque temos quase 70% da população morando no município de Boa Vista, e só no ano passado a Prefeitura de Boa Vista perdeu 121 milhões de reais, Estado pobre, município pobre, tá a situação de Boa Vista. Não é porque o Prefeito Iradilson não queira tampar os buracos na cidade que está cheia de buracos, ele anda quebrando o carro dele também, assim como os municípios. Não se faz milagres, não se pode consertar a cidade se não tiver dinheiro. No ano passado, perdemos 112 milhões, e a estimativa de perda para este ano, conforme o Secretário de Finanças Getúlio Cruz, é de 135 milhões de perda de FPM. Não tem município que aguenta, enquanto isso, se concentra mais receita naqueles municípios que já têm resultados muito mais bem estruturados. Esta questão precisa ser revista pelo Congresso Nacional, nossos Deputados Federais e Senadores precisam rever os critérios de distribuição de FPM como outras questões importantes. Os critérios de distribuições estão errados e equivocados. Parabéns.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Deputado Joaquim, parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência, baseado no minucioso estudo feito. E, no que diz respeito à discussão dos royalties, na realidade, eu diria que é a semente plantada para se discutir o novo pacto federativo. A União, de um tempo para cá, começou a criar contribuições, fugindo dos impostos Da contribuição não partilha o IPI, e imposto de renda é partilhado que alimenta o fundo condicional de FPE e FPM. Mas, essa formula ainda vigente, foi criada de forma improvisada que o supremo Tribunal Federal há poucos dias analisou a legalidade dessa questão e determinou, deu prazo para que o Congresso Nacional até 2012 rediscuta o pacto federativo, rediscuta essa forma de transferências constitucionais

para os Estados e municípios brasileiros. E, a partir daí, crie uma legislação no princípio da justiça. Eu sempre soube e tenho certeza que Vossa Excelência também, ao analisar minuciosamente, a gente encontra contradição, que o FPE tinha a seguinte filosofia da forma proporcionalmente inversa a riqueza, se o Estado e o município são mais pobres poderiam receber mais recursos, para compensar a condução do equilíbrio. Mas, na realidade, a gente observa que não é assim, se observar com exemplos práticos que Vossa Excelência está dando. Então, é importante que a nação brasileira se debruce sobre isso e construa essa distribuição baseada em princípio social. A título de exemplo, Nordeste é a região que mais cresceu nos últimos anos do Governo Lula, cresce, às vezes, quase o dobro do que cresce o Brasil. Hoje, o nordeste deu significativo avanços e na hora de repactuar tem que levar em consideração. Mais ao parabenizar o discurso de Vossa Excelência, gostaria de enaltecer que o supremo já discutiu e encontrou elementos suficientes para não concordar com essa forma de partilha, e o Congresso terá de realizar essa nova fórmula até 2012. Portanto, é importante que a gente se aprofunde mais, cada vez mais nisso, para cobrar dos nossos senadores, parlamentares, juntamente com os outros, formar bloco regional. Vamos juntar os Estados do Norte para que se forme uma política maior e consiga dentro desse princípio de força maior alcançar uma justiça social maior com essa redistribuição. Portanto, quero até me oferecer para discutirmos, nos aprofundar, e levar essa questão para o cenário nacional, onde vai ser decidida essa questão. E, a partir daí, alcançar uma possibilidade de vida melhor para nossos municípios que sofrem muito. Quanto à realidade local temos uma questão importante, enquanto vemos municípios com 60Km², existem, aqui municípios com milhares de quilômetros, com não sei quantas pontes, com questão de eletrificação rural, manutenção das nossas estradas, enfrentar distâncias para levar o remédio, merenda para escola, tudo isso são fatores que encarecem, precisam, pois, serem analisados. Concordo com o pronunciamento de Vossa Excelência quero estar ombreado no que se refere a se aprofundar mais nisso e tendo esses dados, para buscar apoio do Congresso Nacional, através de nossos Parlamentares, enturmados com a bancada do Norte, visando chegarmos um denominador positivo para todos. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Joaquim, na mesma linha que disseram os dois Deputados que me antecedeu, o Pacto Federativo há muito tempo existe só de fantoche, não existe de fato, o estudo que Vossa Excelência traz bastante aprofundado, com bastante clareza, merece elogios de nossa parte pelos dias que Vossa Excelência ficou para tratamento médico, demonstra também que Vossa Excelência trabalha. E, comparem você ver um município do Rio de Janeiro com 25 mil habitantes, 800 mil reais de FPM, com o município de Roraima com 25 mil habitantes tem 300 mil. Eles fazem um cálculo do FPM pela população do Estado, distribuída pelos municípios, é claro, vamos ser sempre os últimos dessa forma, até porque o Governo Federal e os outros Estados ricos do centro sul, sudeste maravilha, não querem, não permitem que nossa região cresça, por isso criam todo e qualquer tipo de mecanismo para impedir o crescimento populacional e consequentemente o crescimento econômico dos Estados da Região Norte e da Amazônia. Portanto, o Pacto Federativo é urgente, que a UNALE e o Parlamento Amazônico têm debatido constantemente. E referente ao Pré-sal, como o Deputado Flamarion falou, inclusive, o Deputado Federal Jhonatan de Jesus está escrito para fazer um pronunciamento na Câmara, se não me engano, hoje ou amanhã. Quer dizer, ele falará dessas questões que Vossa Excelência está falando, também da distribuição do Pré-sal. Rio de Janeiro e Espírito Santo, criaram a maior quizona porque o Pré-sal não é exclusivo deles, estão ameaçando apelar ao Supremo Tribunal Federal, porque os recursos do Pré-sal estão sendo tratados de forma diferente de como eles desejavam. Já ameaçaram se o Governo Federal não der nenhuma compensação para eles, vão à justiça. Eu pergunto: quando Roraima perdeu toda Raposa/Serra do Sol, Roraima tem quase 70% do nosso Estado interdito, sem poder produzir, trabalhar, em função da área do IBAMA, Florestas, área de conservação, preservação, áreas indígenas, com todo respeito aos nossos irmãos indígenas, mas deveriam ter criado também uma forma de compensação para nosso Estado, não teve nenhuma compensação para nosso Estado. Então, por que dá uma compensação para Rio de Janeiro e Espírito Santo, devido ao Pré-sal que não vai ser distribuído da forma que eles querem, ou

seja, no Brasil alguns Estados mandam em tudo, enquanto outros ficam na fila no palácio do Planalto esperando que o Governo Federal tenha clemência. Parabéns.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. Senhor Presidente, refiro-me à terra dos Deputados Erci de Moraes e Coronel Chagas, Rio Grande do Sul, onde o município de Santa Bárbara do Sul menor que Iracema em população e tamanho, mas recebe 327 mil, o total de municípios menores que os nossos, são 278. E sabem quanto o Rio Grande do Sul recebeu de FPM no mês de outubro? 115 milhões. Sabem quanto Santa Catarina recebeu de FPM? 158 milhões. Agora, o Estado maior que esses Estados, incluindo a Capital, no mês de outubro, recebeu 12.479.410,24,00. Esses municípios são do Estado de Roraima, em relação ao qual a elite nacional é contra o aumento de novos Municípios. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente Chico Guerra – Quero parabenizar Vossa Excelência, com relação ao pré-sal. Eles estão reclamando que a riqueza pertence ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, no entanto vieram aqui fechar os nossos garimpos, e ninguém fala em royalties, querem ficar com essa riqueza guardada, parada. Tem gente ali na Pintolândia, olhando a serra do Mucajá, dividindo a miséria aqui, vamos pagar os nossos royalties também. Vejam só: a riqueza em Roraima é do país, enquanto no Rio de Janeiro é do Rio de Janeiro, que país é este? Quero parabenizar Vossa Excelência pela pesquisa. E, se Deus quiser, em breve esta Casa irá criar o maior número de municípios para que possamos alavancar o desenvolvimento deste Estado de uma vez por todas.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimentar os amigos da imprensa, servidores da Casa, pessoas que acompanham a nossa Sessão. Volto a falar sobre um assunto, que eu não gostaria pois já foi por demais debatido, já foi dada resposta pelos Deputados Flamarion Portela, Brito Bezerra e demais Deputados. Como eu não estava presente, gostaria comentá-lo um pouco. Eu soube que o Governador, acompanhado pelo seu carregador de mala, através de uma emissora de propriedade dele, do senador Romero Jucá e do Deputado Rodrigo Jucá, em seu pronunciamento deixou transparecer uma fúria enorme, onde a raiva, o medo e o rancor ficou tão claro, se percebia pela fala ofegante do Governador. Na oportunidade, ele teria atribuído aos Deputados de oposição as mazelas do seu Governo, teria citado nominalmente alguns Deputados. Ora, se Deputado mandasse em Governador ninguém queria ser Governador, todos queriam ser Deputado. Não é verdade, Deputado Coronel Chagas? Porque só há uma vaga para Governador e várias para Deputado. Se juntar todos os Deputados num mesmo objetivo, mas o Governador disser: não. Acabou, vai ser feito o que o Governador quiser. Não haverá projeto, decisão, lei, indicação não haverá forma de obrigar o Governador a cumprir uma determinação do Assembleia Legislativa, caso o Governador não queira ele usa o Poder, a rádio para poder falar mal dos Deputados de oposição e botar culpa no paupérrimo Governo que ele executa. Ele não aceita críticas, que ninguém se insurja contra o Governo dele, não aceita que digam que ele cometeu falhas, erros, ele não permite esse tipo de coisas. Ora, não fui eleito Deputado para dizer amém ao Governador, portanto, o Governador deveria mediar as suas palavras, da mesma forma que ele mede o seu caráter, isso, se ele tiver caráter. Ele não pode usar a tribuna ou o microfone de uma rádio para difamar as pessoas. O Governador teria falado sobre os meus bens, disse que eu teria enricado. Proponho ao Governador que eu troco todos os meus bens e os da minha família, de quem eles quiserem, achando que é meu pelo posto de gasolina que ele comprou para sua ex-mulher em Fortaleza. Tudo, está feito o desafio, Governador. O Senhor junta tudo o que eu tenho e faremos a troca, simplesmente, pelo posto de combustível que o Governador comprou para a ex-mulher em Fortaleza. O Governador fala de pessoas que compram e não pagam. Eu me lembro, Deputado Chico Guerra, penso que, talvez, Vossa Excelência não queira entrar nesse assunto, e também acho que não deve. Há uns 3 anos, um oficial de justiça, acompanhado da polícia Federal, foi na minha casa para pegar um carro, uma pajero, que eu tinha comprado do Governador, uma pajero usada. Eu estava usando a pajero, na safada, a polícia federal me cercou. Eu perguntei o que estava havendo. Eles Responderam: é simples, esse carro está no nome do Senhor José de Anchieta Júnior, e ele está penhorado pela justiça do trabalho, porque ele não pagou as contas, então, o carro foi penhorado para pagar as contas de uma

pessoa. Governador, o Senhor sabe que eu não estou mentindo. O Senhor comprou o carro do Cesão, empresário de Manaus, vendeu o carro ao Juraci, e eu terminei comprando o carro de Vossa Excelência, a mesma pajero, carro, colocado como penhora porque o Governador não tinha pago as contas. Eu simplesmente peguei o carro, fui ao Governador e lhe disse: está aqui o seu carro, resolva o problema, devolva o meu dinheiro, porque eu tenho problemas demais para estar respondendo pelas suas dívidas trabalhistas. Então Governador, sobre essas coisas nem Vossa Excelência e nem muitas outras pessoas aqui deveriam falar. Além do mais, eu estive semana passada em Manaus, hospedado no Hotel Da Vinci, talvez o Governador saiba ou se lembre de alguns motoristas de taxi a quem ele implorava por desconto e, ainda, os pagava com cheque sem fundo. Não quero falar, de jeito nenhum, do ex-Deputado Márcio Sujeira, todo mundo conhece o passado dele, ele fez fama falando mal dos outros, pedindo propina para falar mal dos outros nas rádios, fez fama juntando pessoas para invadir terras no Estado, continua fazendo fama grilando terras do Estado de Roraima pelo ITERAIMA, vende terras pelo ITERAIMA. Eu não vou de jeito nenhum debater com esse cidadão, até, pelo que me consta, Deputado Remídio Monai, ele gosta de quem bate nele. Ele falava asneiras, milhões de asneiras do senador Romero Jucá, inclusive, falava tanta besteira que ele colocava no seu programa uma música para excitar o senador Romero Jucá, dizendo: “dizem que a Tereza está me enganando...”, uma música que tem aí, que ele colocava para excitar o senador. Sabem quando foi que ele parou de falar mal do senador? Quando o senador Romero Jucá foi lá e deu uma surra de chicote nele, bateu nele na cara, nas costas, na bunda, de tudo quanto era jeito. Foi quando ele parou de falar mal do senador. Tem outros exemplos no Estado. Eu quero dizer para ele que eu não fui feito para esse tipo de coisas, jamais triscaria nele, eu não quero sujar as minhas mãos. Portanto, se depender disso, ele não vai ser meu amigo e nem vai me defender. Deputado Rodrigo Jucá, Vossa Excelência acaba de chegar, eu comecei meu pronunciamento de trás para frente, esperando Vossa Excelência chegar, como eu já disse, eu gosto de falar olhando no olho. Vossa Excelência teria dito que eu estava por trás daquela reportagem da revista VEJA, que falava do avião forte do Governador, do desvio do dinheiro do Governador. Vossa Excelência já disse que eu estou por trás das reportagens da revista ÉPOCA contra Vossa Excelência e seu pai. Vossa Excelência disse que eu estou por trás das reportagens no Jornal Folha de São Paulo, O Globo, Estado de São Paulo. Ora, Deputado, eu reputo Vossa Excelência como um homem inteligente, e certamente sabe que eu não teria força para fazer esse tipo de matéria nessas revistas de circulação nacional. Agora quer tapar o sol com a peneira, então continue fazendo isso, mas se Vossa Excelência não buscar os verdadeiros culpados vai continuar se queimando, pois o sol não vai parar de vir, porque Vossa Excelência está buscando alguém que não tem culpa, nem condições, nem força para fazer esse tipo de publicação em nível nacional. Eu estava presente quando Vossa Excelência disse um dia que eu seria o culpado pela pichação dos Out door de Vossa Excelência. Eu tenho mais o que fazer. No entanto, eu fui verificar, eu fui ver o que estava escrito nos Out door, que foi pichado, com a expressão: ladrão, ladrão novo, bicha, boiola, eu não faria isso com Vossa Excelência nem com qualquer dos colegas desta Casa. Agora também picharam os Out Doors do senador Mozarildo Cavalcanti, do Deputado Raul Lima, será que fui eu? Como disse o Deputado Joaquim Ruiz, eu sou hoje amigo do senador Mozarildo, não diria que sou o melhor ou maior, mas sou amigo pessoal do senador e tenho muito orgulho, respeito pela amizade do senador, porém eu não faria isso com ele. Mais se Vossa Excelência prestou atenção, a mesma caneta que pichou o seu Outdoor pichou o Outdoor do Senador e do Deputado Raul Lima. É só Vossa Excelência verificar esse detalhe. Foi chamado à atenção hoje pelo Deputado Flamarion Portela, que me disse: “Mecias, quem pichou os Outdoors do Rodrigo foi a mesma pessoa que pichou o do Mozarildo e do Raul Lima”. Portanto, Deputado, não procure culpado nem coloque chifre na orelha de freira porque não existe. Segunda-feira, a Rede Bandeirante, canal de Vossa Excelência aqui na capital, transmitiu o Programa CQC que transmitiu um rol dos políticos mais picaretas do Congresso Nacional, entre eles estavam Jaqueline Roriz, Renan Calheiros e, por coincidência, o Senador Romero Jucá. Será que foi eu que botei na BAND

também? Será que foi eu que pedi pro pessoal do CQC: coloca aí o Senador Romero Jucá como o político mais picareta do Brasil? Claro que não. Vossa Excelência sabe que não tenho nada a ver com isso. Portanto, Senhor Presidente, as explicações que queria apresentar para esta Casa sugerindo procurar um rumo, em vez de intrigas pessoais, tomar os seus problemas pessoais e transferi-lo a outros, cada um e querer matar o outro para se isentar dos seus problemas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento o público das galeiras no dia de hoje, a imprensa local que dá cobertura a esta sessão, um cumprimento especial à Senhora Guaraci e ao Senhor Douglas. Pediria que ambos ficassem em pé, para que eu apresentasse aos Deputados as duas lideranças que aqui estão representando a Associação de moradores do Cujubim. Senhor Presidente, este final de semana, em visita Caracaraí, subimos o Rio Branco por mais de uma hora de barco até chegar à Comunidade do Cujubim. Fomos de barco porque a estrada está interditada por uma empresa de renome nacional e internacional, a Vale Verde, que teve a ousadia de meter um portão, uma grade, uma cerca, na vicinal para impedir que as pessoas andassem pela estrada. Os moradores da comunidade do Cujubim, para ter acesso às suas casas, precisam ir pelo rio em virtude da vicinal estar interditada. Está lá uma cancela acorrentada, impedindo às pessoas de passar. Inclusive, fomos de carro, tivemos que deixá-los e pegar o barco para poder ter acesso à comunidade. Imagine o colono! Exponho, aqui, a minha preocupação em relação aos moradores de Caracaraí. O Deputado Chico Guerra conhece bem a situação dos moradores, pois é filho da região, são 98 famílias que moram na Comunidade do Cujubim, há décadas, veem seus lotes abandonadas pelo Estado, diga-se de passagem, não tem energia, escola e nem estrada. E o que é pior, essas pessoas estão sofrendo pressão constante pela empresa Vale Verde, no sentido de retirá-las de seus lotes, para fazer a exploração de madeiras. São 98 famílias pedindo socorro. Já sabemos que tem uma ação na justiça de Caracaraí, movida pela Vale Verde contra a Associação de Moradores. Sabemos também, que a Vale Verde está usando de ameaça, usando capangas para intimidar os moradores do Cujubim. Estou informando e, mais uma vez, fiz questão de juntar documentos, estão aqui os boletins de ocorrência feitos por moradores da comunidade do Cujubim contra a Vale Verde, relatando as ameaças. Até casa de colonos já foram queimadas, bem aqui em Caracaraí, a gente acha que isso é coisa do Pará, mas está acontecendo uma tremenda grilagem de terra no nosso Estado. Até parece um Estado sem Lei, e o Estado se faz ausente pelos seus órgãos competentes, principalmente, pelo ITERAIMA. É preocupante, pessoas que se dizem donos da terra com títulos, com documentos, com certidão de 1939, mas Vale está alegando na justiça que é dona dessa área em cima de uma certidão feita em um cartório do Amazonas, cartório Moura, onde o próprio Promotor de Justiça já constatou quatro dessas certidões como falsas. Não sei se é o caso dessa. Com esse documento a Vale está com a pretensão de retirar 98 famílias que trabalham para sustentar suas famílias, mas se veem abandonadas pelo Estado. Acredito que a justiça será feita, acredito que a justiça de Caracaraí dê ganho de causa a esses trabalhadores. Tive a preocupação de investigar sobre a Vale Verde. Na Internet diz que é uma empresa de exploração ecologicamente perfeita. Mas, entre o que tem na Internet e a prática utilizada no Cujubim há grande diferença. Estão destruindo a natureza. Quero até chamar atenção dos órgãos ambientais, quero chamar atenção da justiça e das autoridades policiais sobre as ameaças que estão fazendo àquelas pessoas. Imaginem, viver uma região daquelas sem estrada, porque está fechada por uma cancela, simplesmente porque a vicinal passa dentro da área da qual a Vale diz ser dona. Essa comunidade, está isolada, sem estrada, não tem energia, a escola fechada, as crianças estão vindo de barco para estudar em Caracaraí, por conta própria e ainda têm que sofrer pressões para deixar suas terras. Quem é que aguenta morar em tal situação? A tendência é vender pela primeira proposta que aparecer e ir embora. E é o que está acontecendo, estão expulsando pessoas de maneira lenta, vagarosa, na pressão. Serão mais 98 famílias que estarão na periferia de Caracaraí e Boa Vista, precisando do Crédito Social, pedindo aqui na Assembleia para pagarmos sua água, sua luz. Então, essa situação é motivo para nossa preocupação, direciono pedido ao Ministério Público na defesa daquelas famílias trabalhadoras.

Acredito na sensibilidade do Poder Judiciário, na juíza que imediatamente negou a liminar para a Vale Verde. Estaremos presentes na audiência que ocorrerá no dia 22 de dezembro, traremos todos os colonos com faixas, e ficaremos em frente ao fórum de Caracará, acompanhando a decisão de suma importância para essas pessoas que moram há anos no Cujubim.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado Sampaio, vi Vossa Excelência falando aí a respeito desses registros feitos no Cartório de Moura, no Amazonas, tenho conhecimento de outros documentos, não da Vale Verde, até mesmo antes de ser parlamentar, de pessoas que faziam esses registros lá nesse cartório. Acredito que, após a transferência dessas terras, após Roraima deixar de ser Território, transformado em Estado, isso no mínimo teria que ser questionado por parte do poder público. Por que digo isso? Porque eles queriam o tanto que queriam de terras, iam lá no Cartório de Moura, no Amazonas, e faziam esses registros. Agora, o que me surpreende é que a empresa Vale Verde é uma empresa nova e já tem registro de 1939, ou são os colonos que têm esse registro? Não sei nem se em 1939 ela já existia. É preciso que se questione isso. Deputada Aurelina, Vossa Excelência deve lembrar, até já faleceu um senhor Chamado Silvio Tertuliano, que morou neste Estado. Certa vez eu estava no baixo rio Branco, mais precisamente na Terra Preta, e por lá circulavam uns registros das terras em nome desse cidadão, até Paraibano era, e ele tinha, Deputados, 37 mil hectares de terras registradas no cartório de Moura. De Caracará para baixo, na margem direita, era tudo dele, não se sabe como se consegue fazer esse registro lá, mas é preciso que a Procuradoria Geral do Estado esteja atenta a isso. O próprio ITERAIMA veja de que forma isso está sendo feito. Que cartório é esse? Os cartórios têm fé pública, mas essa documentação me parece suspeita e merece ser investigada. Portanto, Vossa Excelência está de parabéns por levantar essa questão, meu caro Deputado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Deputado, houve uma época em que nós lutamos muito no Baixo rio Branco por conta de uma ONG que estava se instalando ali e o presidente e vários diretores eram estrangeiros, inclusive, abrimos uma CPI na época, passamos uma semana no Estado do Amazonas, depois trouxemos esse pessoal para depor aqui no Estado, de forma que a gente conseguiu frear um pouco, mas tem resquício de pessoas ali. Ficamos uma semana lá, na época da Deputada Vera, do deputado Gelb, fizemos um trabalho amplo aqui, e ficamos pesquisando os títulos definitivos de áreas dentro do nosso Estado, registrados dentro do Cartório de Moura, no Estado do Amazonas. Então, conheço vários títulos de 100 mil, 50, 30 mil hectares, bastante antigos, da época em que a aquela região ainda pertencia ao estado do Amazonas. Levamos uma semana de pesquisa em que ficamos ali, vimos que, quando se criou o Território, alguns desses títulos foram reconhecidos pelo INCRA. As pessoas foram lá, e quando houve o reconhecimento, ficaram sendo válido esses títulos. Já outros, vindo o prazo para reconhecimento do INCRA, esses títulos não foram reconhecidos, tanto que as pessoas não têm conseguido o direito de permanecer com essas terras com 100 mil, 50, 80 mil hectares. Mas essa situação foi prática e objeto de estudo desta Casa por uma semana no Cartório de Moura. Então, foi uma prática muito comum quando o Estado ainda era parte do estado do Amazonas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Deputado, Vossa Excelência é digno de destaque por essa preocupação pertinente ao Município de Caracará e dizer para Vossa Excelência que, a partir do momento em que uma empresa privada, a Vale Verde, cerca uma passagem que é pública, ela está infringindo a nossa Constituição, o direito de ir, vir e permanecer das pessoas é constitucional, e como trata-se de uma área pública, se for uma passagem, se for uma estrada é pública todas as pessoas devem ter livre acesso, mas a partir do momento em que for interrompido esse livre acesso, o direito constitucional está sendo infringido. Quanto ao Município de Caracará, gostaria de dar um alerta ao Deputado Chico Guerra que é em Caracará que tem sua base, Deputada Ângela Ágida, também, com sua base em Caracará, Deputado Jalser Renier tem uma grande influência no Município, prestem atenção, pois Caracará está sendo loteado, uma empresa privada toma conta de mais da metade de Caracará sem dar satisfação a ninguém, e infringe os direitos constitucionais. A região do baixo Rio Branco, área de pesca, onde duas mil famílias de pescadores estão proibidas de pescar por um empresário aqui de Boa Vista, com a conivência do

Governo Estadual e do Presidente do ITERAIMA, o Sr. Márcio Junqueira, está como proprietário de quase todo o Baixo Rio Branco, se dando ao direito, inclusive, de colocar correntes, e por essa prática, também infringe o direito de ir e vir das pessoas àquela área que deve ser de livre acesso. Portanto, faço um alerta aos Senhores Deputados, em especial, a esses que têm base eleitoral e são eleitos por Caracará que tomem as providências. Isso é o cúmulo do absurdo, o nosso Estado está em tal desgoverno diante desses fatos que são gravíssimos, hoje denunciados aqui, mas aceitas pelas pessoas como comuns, algo trivial do dia a dia. Infringir a Constituição é um crime gravíssimo, no entanto estão infringindo a Constituição pelas práticas inaceitáveis em Caracará, que privam os pescadores, de alimentos, sem que se tome qualquer providência para coibir esse tipo de crime, esse tipo de agressão à pessoa humana, conforme acontece em todo o Estado de Roraima, em especial, no Município de Caracará. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Obrigado a todos os Deputados que fizeram apartes. Senhor Presidente, quero manifestar minha preocupação com a segurança dessas lideranças comunitárias. O Senhor Douglas e a senhora Guaraci que já receberam ameaças de maneira veladas, já registraram ocorrências para garantir-lhes a segurança. Não podemos permitir que Roraima vire um sul do Pará onde lideranças são constantemente vitimadas por pessoas que procuram praticar grilagem de terras. Então, Deputado Chico Guerra, a denúncia foi protocolada junto ao ITERAIMA que reconhece que essas terras pertencem aos colonos, ao INCRA que foi quem colocou essas pessoas lá e reconhece que os lotes de 60 hectares pertencem a essas pessoas, foi dado ciência ao IBAMA, pois lá ocorre o desmatamento de castanheiras, é uma região de castanheiras seculares que estão sendo retiradas sob alegação de que se trata de uma outra madeira, não de castanheira. Os moradores estão, de maneira gradativa, saindo das áreas que pertencem à Vale que ficou de fazer um manejo florestal porém não está como deveria. Segundo os colonos ainda estão adentrando nas áreas que pertencem a essas 98 famílias. Foi dado ciência também ao MLT – Movimento de Luta pela Terra, ao Procurador Geral do Estado de Roraima, à Promotoria de Caracará, ao Governador de Roraima, à Senadora Vanessa Graziottin do PC do B do Amazonas e à Ouvidoria Agrária Nacional. Portanto, todas essas autoridades têm conhecimento do que está acontecendo na Comunidade do Cujubim. Acreditamos que este mês ainda, a juíza vai sentenciar favorável àquela comunidade. É necessário que o governo se faça presente, levando escolas, estrada, energia elétrica para manter aquelas pessoas no local, e evitar que sejam forçadas a se retirar de sua região, que é muito produtiva. Senhor Presidente, só queria prestar contas a Vossa Excelência no que diz respeito à reunião dos pescadores, para a qual Vossa Excelência me designou para acompanhar a negociação entre pescadores, a FEMACT e demais órgãos. Nos dias de reunião no IBAMA participaram a FEMACT, o Instituto Chico Mendes, IBAMA, pescadores através de suas entidades, sindicato e colônia, também a Associação dos Operadores de Turismo e o representante da Empresa AMAPUR que pertence ao Senhor JAN e após três dias de negociação, no último dia fomos até à noite, praticamente foi acordado a possibilidade de rediscutir o Termo de Acordo e Pesca com os pescadores, mas o representante da FEMACT naquele momento não tinha a autorização nem o poder legal para fazermos um novo Termo de Acordo e Pesca, ou seja, nada foi resolvido. Apenas ficou acordado que a FEMACT, até o dia 18 deste mês, se posicionaria sobre a revogação ou não da Portaria 001 que está tirando o direito dos pescadores comerciais em exercer suas atividades. Foram também constatadas falhas na Lei de Pesca Geral do Estado. Fiz algumas observações para que façamos alguns ajustes na Lei de Pesca. Há também ausência de policiamento efetivo, tanto o IBAMA como a FEMACT alegaram ausência de recursos, e pretendem encaminhar pedido a esta Casa, para incluir ao orçamento recursos para implementar a fiscalização constante no Baixo Rio Branco para o ano de 2012. Acreditamos que, se a FEMACT revogar a Portaria 001 e se dispor a fazer um novo Termo de Acordo e Pesca, será a melhor solução. Lamentamos a ausência da Prefeitura Municipal de Caracará que tem sido um dos grandes alvos de denúncias. Há informação de haver fiscalização por pessoas que se dizem funcionário da Secretaria de Meio Ambiente de Caracará, mas, na verdade, o que se sabe é que a secretaria tem apenas quatro ou cinco funcionários, como um todo, e jamais teve

fiscal. Sem nenhuma autorização, há os que estão usando colete para fazer fiscalização no Rio. Ouvimos da Associação dos operadores de turismo, da associação dos pescadores e da própria FEMACT que estão usando a estrutura da secretaria ambiental de Caracará para fazer fiscalização com coletes da secretaria. Na verdade, não são pessoas autorizadas pela secretaria. É lamentável, por isso decidimos que, no dia 24, já que a secretaria não vem a nós, todos nós, juntos com esses órgãos que participaram da reunião irmos ao gabinete do Prefeito de Caracará para ele não ter desculpa, nem o secretário do Meio Ambiente, sobre o novo acordo que será feito. Gostaria de agradecer ao Senhor Presidente pela oportunidade de participar dessa negociação. Solicitamos que coloque a Assessoria Jurídica da Casa à disposição para buscarmos esse novo Termo de Acordo e Pesca que será com certeza o melhor caminho. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Com a palavra a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu solicitei esse tempo mas não consegui chegar para falar no tempo normal. Mas, participamos, na semana passada, em Brasília, por determinação do Presidente Chico Guerra, de uma reunião da Comissão Especial de Estudos e Desenvolvimento da campanha em Defesa do Pacto Federativo. A comissão, criada pela UNALE, da qual participam cerca de 16 parlamentares da maioria dos estados brasileiros tendo como Presidente a Deputada Aspásia Camargo do Rio de Janeiro. E, nós havíamos sido indicados pela Presidência para compor essa Comissão Especial em defesa do Pacto Federativo. Cheguei atrasada, ouvi parte do discurso do Deputado Joaquim, depois ouvi o Deputado Flamarion e vários outros, que me deixou satisfeita ao assistir a preocupação dos Deputados da nossa Casa com a questão do Pacto Federativo. Isso vem ao encontro da insatisfação de todos os Estados brasileiros e da disposição da UNALE para que nós possamos discutir, fazer uma grande campanha em nível nacional, envolvendo talvez a maioria dos Prefeitos do Brasil, dos Governadores, dos legislativos estaduais para se efetivar, em Brasília, um grande movimento. Voltaremos a nos reunir no dia 21, para reforçar as reivindicações de forma que os legislativos estaduais, os Estados e os Municípios possam realmente tirar a corda do pescoço.

Muitas vezes, embora queiramos falar de saúde, de educação, de segurança, no momento em que tiraram o direito, a competência dos legisladores estaduais da Câmara Federal em discutir, tratar de tais questões, através do artigo 23 da Constituição Federal, jogando-as em uma vala comum junto com os Municípios e com os Estados, sem, até, ser regulamentado. A pretensão, através desse movimento, é forçar a reforma constitucional urgente, visando devolver aos estados e aos Municípios a autonomia administrativa, legislativa e financeira que perderam as Assembleias, os Estados e os Municípios. Então, o objetivo da discussão do Pacto Federativo é definir critérios comuns e legítimos, viáveis e confiáveis de competências e de recursos entre os membros que constituem a Federação Brasileira.

O Segundo maior desafio é a adequação das regras às características históricas, morfológicas, geográficas de cada Estado. E quando se fala nisso se passa também nesse documento pela discussão da criação de novos municípios que a meu ver pela sensibilidade da gente nas discussões existe uma preocupação muito grande com os Estados com relação à definição de critérios para criação de Municípios, os quais não sejam criados apenas porque a região é vazia, apenas porque está sendo um peso para o Estado mãe, mas que se tenha consciência de que não se pode criar mais um ente sem condição e que se constitua em peso para o Estado ou para o Município. É muito interessante o que a gente vê aqui, no Brasil de 2011. Podemos encontrar o mesmo perfil de concentração de receitas da União que vigorava no período militar anterior à Nova República. Hoje, nós estamos vivenciando a ditadura da repartição das receitas e, mais um exemplo, tomando-se como base o ano de 2008 o total nacional das receitas disponíveis retirando as transferências constitucionais, do total nacional dessas receitas disponíveis quase 60% desses recursos ficam com a União pouco mais de 20%, e pouco mais de 15% com os Municípios. Em termos gerais as receitas da União retornaram à patamares semelhantes aos vigentes durante a ditadura militar. Além de ter se discutido a facilitação da corrupção que hoje joga-se nas costas das Assembleias e das Câmaras quando na verdade os recursos são concedidos por favor pelo pires nas mãos dos Estados e Municípios, muitas vezes, passam para os Municípios sem sequer os Estados tomarem conhecimento. Ainda se diz, aqui, que, na

revisão dos critérios entre 2007 e 2010, cresceu em termos reais quase 30%. Enquanto que, as transferências entre Estados e Municípios cresceram apenas 15%, fortalecendo ainda mais a tese de concentração de receitas nas mãos da União. Ainda, diz mais, pretende-se também efetivar a revisão dos critérios de transferências que, além de não ser justo é impositivo, por exemplo, o rateio do FPE, foi feito pelo Supremo Tribunal Federal mantendo ainda em caráter provisório a Lei Complementar nº 62 de 1989, permitindo mais uma vez quando o STF fez isso e o Congresso Nacional se omitiu e permitiu a adjudicalização de decisões de sua competência. O STF que deveria julgar a constitucionalidade da lei viu-se obrigado a atuar como regulador.

Em 2010, a União arrecadou no Estado do Rio de Janeiro, 118 bilhões de reais e transferiu ao Estado a título de FPE apenas 600 milhões. Então, isso demonstra cada vez mais a preocupação da UNALE com a questão da divisão dos recursos e das competências legislativas. Um exemplo maior que eles colocam é a negociação das dívidas do Estado. As dívidas do estado foram pactuadas à época com condições que eram consideradas vantajosas, foram fixadas taxas de juros e o SELIC estava em 38%. Hoje, essa taxa está em torno de 12%, e os Estados pagam entre 17% a 20% mais o IGP de dívidas que pagam para União. De forma que o Tesouro Nacional está lucrando com as dívidas do Estado e essas dívidas têm se tornado impagáveis. Então, na verdade, nessa discussão do Pacto Federativo, do ponto de vista jurídico, sabemos que os excessos de competências expostas no artigo 23, jamais regulamentados, é a prova concreta de que nosso legislador agiu com insegurança e complexidade ao introduzir na Constituição o inédito federalismo trino cuja distribuição de competências não pode contar com nenhuma jurisprudência internacional. Essas desigualdades regionais que não foram ali consideradas com o isolamento das Assembleias Legislativas nas suas competências no texto Constitucional resultam, interrompem ou deixou como herança o empobrecimento de amplos territórios antes prósperos, posteriormente abandonados. E, em outros casos a pobreza resulta da geografia, ou seja, da inexistência de um território não ocupado, mal distribuído, pouco povoado e empobrecido a cada dia.

Se discute também no Pacto Federativo a questão da criação de novos municípios, e sentimos a grande preocupação das Assembleias para que esses Municípios, e aí fico pensando no nosso discurso, não vejo apenas a ocupação do espaço que está vazio, porque muitas vezes, se desmembra de outro município mais pobre ainda. Então, que perspectivas podemos dar para esses Municípios recém criados? Os critérios e a decisão devem decorrer de processos que comportem a participação federal, modelo complexo, mas que tenderia evitar venturas impulsionadas por meras rixas e interesses políticos setorializados como ocorreu em passado recente. Na verdade, no dia 21 nós voltaremos a nos reunir com o objetivo de promover um grande movimento nacional, onde o pano de fundo da discussão de todas essas questões será justamente a regulamentação do artigo 23 com a definição das competências dos legislativos estaduais.

Foram graves as consequências políticas no que diz respeito às competências estaduais, tratadas como residuais na Constituição Federal e de maneira extremamente sucinta, de fato sobrou para os Estados o que não ficou claramente definido como competência Federal ou Municipal. Pouco foi proibido, mas nada ficou determinado a não ser as famosas competências comuns. Caberia ao Governo Federal a árdua tarefa de garantir a todos os direitos sociais de alto custo, como: saúde, previdência, recursos do FGTS para sanear a moradia popular; e, para os Municípios, uma infinidade de serviços de interesse local ainda que mal definidos, tais direitos tiveram uma dinâmica impositiva dada à proximidade do Governo com a população e suas demandas sociais. Tudo isso subentende-se, pois o Governo Federal não deixa claro na Constituição fica sempre sendo cobrado dos Estados e dos Municípios que não recebem os recursos e não são definidas as suas obrigações para que possa realmente dar à população aquilo que ela precisa. Sobre, muitas vezes, para nós que vamos discutir saúde, segurança, pois falta que venha o dinheiro e que definam as regras, como se diz nos documentos oficiais a repartição de recursos hoje, para os Estados só ocorreu de forma similar na ditadura militar. Se o problema é grave por si mesmo no âmbito dos Estados o que não dizer das competências legislativas esvaziadas ou congeladas tanto nos planos federal, estadual ou municipal. Isso quer dizer que todos nós, Assembleias, Câmaras Municipais, discutindo, tentando fazer, tentando levar

uma mensagem às pessoas sobre o que não está escrito com a competência nossa, haja vista, que o que mais nos assusta é o Governo Federal passar por cima de tudo, chega com seis mil reais como recurso para uma equipe tratar do programa saúde da família que, só de custo com salário de pessoal, custa dezessete mil reais. Para os Municípios que recebem 0.6% do FPM cujos recursos do mês, se tiver cinco equipes, não dá para complementar os recursos para que as equipes do Programa Saúde da Família possam trabalhar. Muitas vezes, os Prefeitos são julgados inelegíveis, corruptos, na tentativa de fazer valer aquilo que é direito do povo, mas que não está escrito em lugar nenhum.

O nosso objetivo é que se faça um grande movimento para reaver as competências legislativas tanto federais, estaduais e municipais, inclusive, propor e forçar a definição e elaboração de uma revisão Constitucional neste País para que, realmente, saia do discurso o direito do povo, que os políticos possam olhar de frente para a população com aquilo que é sua competência e com os direitos que lhes competem na sua função. O fato é que, muitas vezes, a nossa falta de competência é tanta, que a gente se detém muito discutindo questões que nem deveriam ser trazidas para cá. Mas, a gente tem que se fortalecer. É essa, hoje, a luta da UNALE e das Assembleias Legislativas, das Câmaras Federais e dos Municípios. Muito obrigado

O Senhor Presidente Chico Guerra – Ordem do Dia: Requerimento de Pedido de Audiência Pública sobre aplicação de recursos em qualidade de execução dos serviços do Programa “Luz para Todos”, no Estado de Roraima; de autoria do Deputado Soldado Sampaio, Brito Bezerra e Dhiego Coelho.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, este Requerimento já foi lido na íntegra na Sessão da semana passada. Eu gostaria de saber de Vossa Excelência se é necessário eu ler novamente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Eu me lembro agora. Inclusive, o Deputado Rodrigo Jucá havia pedido adiamento de discussão.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros pede Questão de Ordem. - Foi apenas, Deputado, para a gente tomar conhecimento, porque foi lido e a gente queria verificar. Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que da minha parte está aí à disposição para a votação o Requerimento, sem nenhum problema.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Submeto à votação o Requerimento. Os Deputados que concordarem permaneçam

como estão. Aprovado

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, lembramos aos membros da Comissão de Educação e Saúde que amanhã, às 11:30 h, nos reunimos na sala de reunião, ou seja, logo depois do encerramento da Sessão está marcada a reunião com o Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, solicitamos ao Presidente da Comissão Especial, Deputado Brito Bezerra, criada para sabatar o Procurador Geral do Estado, marcar a data para a sabatina. Eu sou o relator, já estou há alguns dias preparado, aguardando a designação da data, o mês de novembro está findando, e desde que nós aprovamos a PEC, há cerca de dois meses, ele está apto a ser sabatinado. Era só isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, consultamos os nobres colegas Deputados, se têm alguma emenda a fazer ao projeto de estruturação do IPER, onde eu sou relator, o Presidente da comissão é o Deputado Erci. Eu encaminhei um ofício com pedido de sugestão para cada Deputado. Eu me propus, até o dia 16, receber essa documentação, pois eu quero devolver o quanto antes para o Presidente da Comissão, como Relator. Apenas lembro aos Deputados, que têm interesse, nós estamos abertos ainda para receber as sugestões e emendas para este projeto que trata da estruturação do IPER. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Nobre amigo Deputado Sampaio, o Presidente do IPER está pagando uma multa mensal, peça agilidade o processo de votação no de interesse para a melhoria do Estado. E quanto ao IPER, precisamos imprimir agilizar para votar, ainda, se possível, no final deste mês, em benefício do quadro de funcionários. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira se pronunciar, damos por encerrada a Sessão, convidando os Senhores Deputados para a Sessão de amanhã, no horário regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portel la, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquin Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 17/11/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo